

## A FUNÇÃO ACADÊMICA E SOCIAL DE UM CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO: O NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA – UFPeI

CAROLINE CARDOSO DA SILVA<sup>1</sup>;  
LORENA ALMEIDA GILL<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas 1 – card.karol@hotmail.com 1

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – lorenaalmeidagill@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

A presente comunicação tem como objetivo relatar algumas das atividades realizadas por mim e que envolvem o Núcleo de Documentação Histórica (NDH) localizado na Universidade Federal de Pelotas (UFPeI), sobretudo, nos campos da pesquisa e extensão que, muitas vezes, andam juntas.

O NDH foi fundado em março de 1990 com o objetivo de ser um centro de documentação. A finalidade era preservar a história da Universidade e dos movimentos sociais. Trata-se de um lugar de memória, que salvaguarda vários acervos dentre eles o da Delegacia Regional do Trabalho, do Laboratório de História Oral, da Laneira e o da Justiça do Trabalho, sobre o qual me deterei nesta comunicação, pois é onde atuo para fins de pesquisa acadêmica e é o acervo mais demandado pela comunidade desde que comecei a integrar o Núcleo como bolsista.

O Acervo da Justiça do Trabalho chegou ao NDH no ano de 2005. Conta com mais de cem mil processos trabalhistas que vão de 1936 a 1995, sendo estes disponíveis para consulta e pesquisa de estudantes e da comunidade em geral. De acordo com Gill e Loner (2014, p. 117), “o fato de toda a coleção de processos trabalhistas da região estar preservada e em condições de consulta difere e amplia o valor dessa documentação, pois em outros locais, aliás, na grande maioria das comarcas, o material já foi eliminado com base na lei 7.627 de 10 de novembro de 1987, a qual dispõe sobre a eliminação dos autos findos, seja através de sua incineração ou picoteamento”. Essa preservação faz com que o Acervo da Justiça do NDH seja um espaço de preservação da história e da memória dos mundos do trabalho da região Sul do Rio Grande do Sul.

Halbwachs (2013) discorre teoricamente sobre questões de memória. Para o autor, a memória individual é um ponto de vista e uma lembrança relacionada à memória coletiva. O autor coloca que memórias individuais são permeadas por ligações com outras pessoas que influenciam direta e indiretamente o decorrer da vida de um indivíduo.

O conceito trabalhado por Halbwachs dialoga com a memória existente no Acervo da Justiça do Trabalho, haja visto que os processos trabalhistas nele contidos tratam da vivência coletiva de trabalho de empregados que, por interesses em comum, entram na Justiça em busca de direitos.

Há diferentes tipos de acervos documentais, como, por exemplo, os Arquivos do Poder Executivo, Legislativo e do Judiciário - sendo o Acervo da Justiça do Trabalho desta tipologia. Muito embora seja válida a quantidade de documentações que se acham nesses arquivos, é necessário saber filtrar a busca, realizando a pesquisa, a partir de um olhar mais afinado relacionado ao objeto do pesquisador (PINSKY et al, 2008).

A partir das considerações preliminares feitas até então, buscarei ligar os pontos teóricos e os pontos práticos, entendendo que minha prática no NDH está indissociada da pesquisa e da extensão, tendo função acadêmica e social.

## 2. METODOLOGIA

O NDH é um “projeto de extensão permanente e está em atividade há mais de duas décadas, com o objetivo de preservar a história da Universidade, dos movimentos sociais e sindicais, além de partidos políticos da região sul do Estado do Rio Grande do Sul.” (LONER, GILL, 2013, p. 2). Sendo, então, um projeto de extensão, o Núcleo de Documentação Histórica presta diversos tipos de serviço para a comunidade acadêmica e a comunidade geral, entre os quais posso citar os seguintes: alguns estudantes de Licenciatura e Bacharelado em História procuram o Núcleo com a finalidade de realizar trabalho voluntário, sendo uma oportunidade de atuar, na prática, com o manejo de fontes históricas, para higienização e pesquisa; estudantes procuram o Núcleo para fins de pesquisas direcionadas, vinculadas, por exemplo, a interesse em fábricas/empresas que são citadas nos processos trabalhistas (também chamados de pleitos); ainda há os trabalhadores que procuram o Acervo para consultar os processos de antigos familiares para descobrir ou comprovar se há dupla nacionalidade, haja visto que muitos trabalhadores e operários de outrora eram imigrantes, sobretudo italianos e alemães (MATTOS, 2003); e, recentemente, com as mudanças previstas na Reforma da Previdência há as pessoas que procuram processos que elas mesmas moveram com relação a alguma empresa em que trabalharam, em determinado período, em busca de comprovar condições de trabalho, sobretudo de insalubridade, para anexar ao seu processo de aposentadoria. Em meio a tudo isso, muitas reflexões e aprendizados se constroem.

Como atividade prática no Acervo da Justiça do Trabalho, estou realizando a organização do Acervo aplicando etiquetas nas caixas, que guardam documentos. Tais etiquetas contêm o ano referente aos processos e o lote, a partir do qual chegaram. A “[...] organização dos documentos de um arquivo ou coleção, [se dá] de acordo com um plano de classificação, código de classificação ou quadro de arranjo”, conforme o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p.49).

As etapas para a organização de um acervo, tendo como base o que está sendo aprendido e trabalhado na disciplina de Organização de Arquivos Históricos, são basicamente as de: percepção e registro, higienização, avaliação/identificação, classificação/arranjo, acondicionamento, descrição; disseminação. Nos trabalhos realizados no Núcleo, como a quantidade de documentação é expressiva, o foco é principalmente colocado na classificação, arranjo e acondicionamento, que são as etapas visando facilitar a acessibilidade dos documentos.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quando os documentos chegaram ao NDH, em 2005, foram transportados para uma sala localizada no Instituto de Ciências Humanas, UFPEl, com grandes prateleiras para que pudessem comportar o volume do acervo. Junto com isso, foi disponibilizada ao Núcleo uma tabela no Excel, possibilitando uma maior organização do acervo, ordenando o conteúdo de cada processo e em qual caixa o mesmo se localizava. Apesar disso, sentiu-se a necessidade de ampliar essa pesquisa e disponibilizar o acervo ao público em geral. Diante disso, surgiu a

iniciativa da construção de um Banco de Dados, que é uma forma de possibilitar ao público externo e interno à universidade, a busca dos processos por meio online e digital.

Como um espaço rico de pesquisa, o Acervo da Justiça do Trabalho gerou e ainda gera um apanhado de trabalhos acadêmicos, entre artigos, trabalhos de conclusão de curso (TCC) e dissertações. Alguns exemplos de TCC são: “Nós na Trama: Os pleitos judiciais das operárias da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense (1944-1954)”, de Eduarda Borges da Silva; “Carregar e Descarregar: os estivadores de Pelotas e suas relações trabalhistas entre 1940 e 1942”, de Jordana Pieper; “Sapateiros e suas memórias: pensando sobre antigos ofícios”, de Micaela Sheer. Já como exemplos de dissertações temos: “Indisciplinados os que adoecem e nômades os que reclamam férias”: A saúde do trabalhador nos processos da Justiça do Trabalho de Pelotas (1936-1945)”, de Lóren Rocha e “Os operários não mentem perante a justiça: análise do exercício da advocacia de Antônio Ferreira Martins em Pelotas (RS) de 1941 à 1945”, de Camila Braga.

Atualmente, eu estou desenvolvendo o projeto de Dissertação com o título de “Precarização, feminização do trabalho e terceirização: noções para o entendimento de trajetórias de vida de trabalhadoras terceirizadas na Pelotas atual”, a partir do qual pretendo incorporar processos judiciais contra empresas de prestação de serviços, entre os anos de 1986 até 1992. Tais processos trazem, explicitamente nos pleitos, reclamações sobre a falta de vínculo empregatício, insalubridade e precarização. De acordo com Loner e Gill (2013, p. 7): “Estes processos, que expõem conflitos entre empregados e seus patrões, são de grande importância para o estudo do trabalhador comum e suas relações com os poderes constituídos, além das alterações no mundo do trabalho”.

#### 4. CONCLUSÕES

Desde 2016 o Núcleo de Documentação Histórica faz parte da minha trajetória acadêmica. Nesse mesmo ano, realizei trabalho voluntário, tendo ajudado a construir o Banco de Dados, bem como com o acompanhamento nas realizações de entrevistas do Projeto ligado ao Núcleo chamado “À beira da extinção: memórias de trabalhadores cujos ofícios estão em vias de desaparecer”, projeto que busca analisar profissões à beira da extinção ou em transformação, como estivadores, afiadores de faca, fotógrafos de rua, bem como benzedeiras, parteiras, curandeiras, ofícios que insistem em se manter em um mundo que parece não querer mais lhes dar qualquer tipo de espaço, já que, muitas vezes, aquilo que oferecem se tornou descartável. Sempre tive pretensões de estudar História Social, como a história dos Movimentos Sociais, ou Movimentos de trabalhadores, bem como os Mundos do Trabalho em si, e o NDH sempre foi um espaço que torna essas pesquisas possíveis.

Contudo, tendo esse teor social intenso, o Núcleo sempre está em diálogo com a comunidade, dentro e fora da Universidade, e isso faz com que as pesquisas que são produzidas neste espaço sejam ricas e relevantes. Sendo assim, posso dizer que, a partir da minha experiência pessoal, reafirmo a importância da pesquisa acadêmica estar ligada com a extensão universitária, como um mote inclusive da História Social dos Mundos do Trabalho, sendo esse segmento sempre muito comprometido com as questões sociais e políticas do mundo atual.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acervo da Junta de Conciliação e Julgamento - Comarca de Pelotas do Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas. Rua Alberto Rosa, n. 154, Centro, Pelotas – RS – Brasil.

BRASIL, Arquivo Nacional. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

DROPPA, Alisson; LOPES, Aristeu Elisandro Machado; SPERANZA, Clarice Godart (Orgs). **História do trabalho revisitada**: justiça, ofícios, acervos. 1 ed. Jundiaí (SP): Paco, 2018.

GILL, Lorena e LONER, Beatriz Ana. O Núcleo de Documentação Histórica da UFPel e seus acervos sobre questões do trabalho. **Esboços** (UFSC), v. 21, p. 109-123, 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2013.

HOBBSAWM, Eric. Não basta a história de identidade. In: **Sobre história**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 364-379.

LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida. O trabalho de um Centro de Documentação: O Núcleo de Documentação Histórica da UFPel. **Revista Patrimônio e Memória**. São Paulo, Unesp, v. 9, n. 2, p. 241-256, julho-dezembro, 2013.

MATTOS, Marcelo Badaró. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. 2.ed., 1ª reimpressão.— São Paulo: Contexto, 2008.